



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE SOURE-IPSMS
CNPJ N.º 83.367.003/0001-95**

PARECER JURÍDICO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23022023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2023
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA COM FINALIDADE DE OBTENÇÃO DO CRP, CONFEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS PREVIDENCIÁRIOS DAIR, DIPR E DPIN. PREPARAR E ALIMENTAR O CADPREV.

EMENTA: Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação.Com - Base Legal: Lei no 8.666/93.

Vem a esta Assessoria Jurídica, para exame e aprovação a documentação do processo licitatório referente a hipótese de contratação de empresa prestadora de serviço de consultoria previdenciária. Cumpre esclarecer, inicialmente, que tal contratação decorre, necessariamente, de processo inexigibilidade de licitação.

Tratam – se de serviços que estão inseridos no rol de serviços técnicos especializados encontrados no art. 13 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- II - pareceres, perícias e avaliações em geral;
- III - ~~assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;~~
III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa por execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c Art.13, III, da Lei 8.666/93, consta despacho do setor competente, o qual informa quanto a previsão de despesa no programação orçamentária **EXERCÍCIO 2023**.

Ante o exposto, pelos motivos acima esposados, verifica-se que o situação apresentada se enquadra dentro do hipótese de INEXIGIBILIDADE contido no Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso III, ambos da Lei no 8.666/93, assim, opina-se em princípio, pela contratação da empresa para prestar o serviço de Consultoria Previdenciária. É o parecer, S.M.J.

Soure (PA), 24 de fevereiro de 2023.

Renato Cesar Sasaki Matos
OAB/PA 21444